



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0187318-1/03

EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

EMBARGADO: IZIDRO MARTINS PINTINHA ME – FRIGORÍFICO ROMANELI

RELATOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO

**EMENTA: PROCESSO CIVIL – EMBARGOS
DECLARATÓRIOS – AUSÊNCIA DE OMISSÃO –
PREQUESTIONAMENTO – INVIABILIDADE –
IMPROVIMENTO**

Inexistindo a omissão apontada pelo embargante, tendo em vista que foi devidamente fundamentada a decisão, não merecem acolhida os embargos declaratórios.

À unanimidade, negou-se provimento aos Embargos de Declaração.

A C Ó R D ã O

ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em, unanimemente, negar provimento aos Embargos de Declaração, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife, 27/01/10

Sílvio Romero Beltrão – Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0187318-1/03

EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

EMBARGADO: IZIDRO MARTINS PINTINHA ME – FRIGORÍFICO ROMANELI

DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão proferido por esta Egrégia 5ª Câmara Cível, em sede de Recurso de Agravo, interposto pela embargante.

Declara o embargante que o recurso de agravo interposto suscitou a impossibilidade de concessão monocrática de provimento parcial ao apelo, uma vez que a presente demanda comporta o julgamento antecipado da lide.

Alega a ausência de necessidade de realização de perícia, bem como a inexistência do suscitado cerceamento de defesa.

Segue afirmando que houve omissão no acórdão recorrido, posto que discorreu sobre o mérito da ação, e não a respeito do mérito do agravo. Assim sendo, suscita a ausência de fundamentação capaz de corroborar com o não provimento do recurso.

Visa, ainda, a embargante prequestionar a matéria, por haver violação de Lei Federal, como o escopo de viabilizar o recurso a instâncias superiores.

Por fim, requer o provimento dos presentes embargos para que seja sanada a omissão apontada.

É o que importa relatar.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Sílvio Romero Beltrão
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0187318-1/03

EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

EMBARGADO: IZIDRO MARTINS PINTINHA ME – FRIGORÍFICO ROMANELI

RELATOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO

VOTO

A alegação de omissão é descabida. No acórdão embargado houve apreciação da questão litigiosa de acordo com o que se reputou concernente ao conflito. A matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada nos termos seguintes:

"A concessionária do serviço de energia elétrica ao constatar a existência de irregularidades no faturamento, com medição inferior, deve observar os critérios definidos pela Resolução nº 456/2000 da ANEEL, na qual prevê no §3º do artigo 72 que o consumidor deve ficar ciente das irregularidades apontadas através do recebimento da cópia do termo de ocorrência."

"Ocorre que o termo de ocorrência de irregularidade de fls.73 foi originado através de método de inspeção sem o devido acompanhamento dos procedimentos ou recebimento de cópia pelo consumidor, em patente afronta ao contraditório."

"A matéria discutida nos autos, exame unilateral da CELPE para averiguar fraude em medidor elétrico, carece da realização da perícia requerida, por se tratar de matéria de fato."

Portanto, diante da realização unilateral de perícia pela ré em patente cerceamento de defesa, a decisão foi clara ao fundamentar a necessidade de realização da perícia requerida pelo autor/embargado. Isto porque, a ré embargante não comprovou a ciência e presença do consumidor nos procedimentos realizados para constatação de fraude no medidor, segundo determina a Resolução 456/2000 da ANEEL.

Ao revés, ressalta-se que os documentos apresentados possuem assinatura de pessoa distinta a lide, qual seja **Cristina Yoko Nishiyama** (fls. 17, 73,74 e 75 dos autos principais e fls. 14 do processo cautelar).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

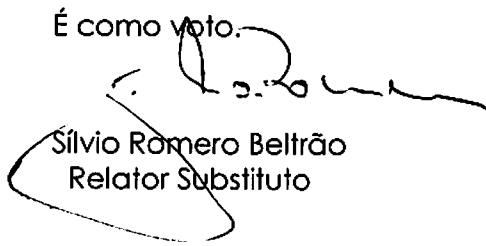
Assim sendo, o mérito do agravo foi devidamente apreciado no julgamento do acórdão para determinar a anulação da sentença e possibilitar as partes à produção de provas.

Quanto à alegada omissão por ausência de pronunciamento sobre a impossibilidade de provimento monocrático parcial do recurso, entendo que não deve ser reconhecida. O STJ já vem decidindo que o julgamento pelo órgão colegiado supre a eventual ausência dos requisitos descritos no art. 557 do Código de Processo Civil. **Precedente: AgRg no RESP 1097586/SP.**

Em verdade, pretende o recorrente, através desta via modificar decisão que só pode agora ser guerreada por recurso próprio, não por via de Embargos de Declaração.

Em sendo assim, configurada de forma evidente a inexistência da omissão, observo que os embargos de declaração, ora opostos, não merecem acolhida, destarte, meu voto é pelo não provimento dos presentes embargos declaratórios.

É como voto.


Sílvio Romero Beltrão
Relator Substituto